

ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL														
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	TOTAL (Últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	34.874.289,14	34.996.130,76	35.630.079,11	34.757.515,62	34.819.889,03	35.044.848,79	35.085.960,74	35.116.090,87	35.876.920,77	36.141.699,01	36.116.477,68	71.798.026,66	460.257.928,18	-
<i>Pessoal Ativo</i>	26.050.966,26	26.378.876,37	26.788.323,49	26.554.655,82	26.595.122,54	26.835.050,33	26.866.115,51	26.948.566,80	27.689.253,56	27.959.482,05	27.949.052,05	55.809.565,62	352.425.030,40	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	21.107.607,59	21.357.635,82	21.730.426,04	21.508.550,91	21.532.915,83	21.728.370,18	21.842.316,27	21.844.418,80	22.531.190,04	22.647.954,90	22.623.533,63	45.319.208,18	285.774.128,19	-
Obrigações Patrimoniais	4.943.358,67	5.021.240,55	5.057.897,45	5.046.104,91	5.062.206,71	5.106.680,15	5.023.799,24	5.104.148,00	5.158.063,52	5.311.527,15	5.325.518,42	10.490.357,44	66.650.902,21	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Pessoal Inativo e Pensionistas</i>	8.823.322,88	8.617.254,39	8.841.755,62	8.202.859,80	8.224.766,49	8.209.798,46	8.219.845,23	8.167.524,07	8.187.667,21	8.182.216,96	8.167.425,63	15.988.461,04	107.832.897,78	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.615.805,98	5.547.553,51	5.584.904,91	5.285.269,00	4.411.723,56	5.278.461,16	5.291.613,05	5.257.686,64	5.285.834,31	5.296.927,71	5.297.371,94	10.246.137,38	68.399.289,15	-
Pensões	2.831.480,82	2.874.139,97	2.983.507,12	2.917.590,80	3.813.042,93	2.931.337,30	2.928.232,18	2.909.837,43	2.901.832,90	2.885.289,25	2.870.053,69	5.742.323,66	38.588.668,05	-
Outros Benefícios Previdenciários	376.036,08	195.560,91	273.343,59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	844.940,58	-
<i>Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	10.497.629,79	9.270.608,91	9.459.966,38	8.679.176,38	8.847.751,77	8.684.726,79	9.095.047,70	8.637.628,18	8.964.838,47	8.645.815,71	8.626.447,82	16.532.582,04	115.942.219,94	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.674.306,91	653.354,52	618.210,76	476.316,58	622.985,28	474.928,33	875.202,47	470.104,11	777.171,26	463.598,75	459.022,19	544.121,00	8.109.322,16	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.823.322,88	8.617.254,39	8.841.755,62	8.202.859,80	8.224.766,49	8.209.798,46	8.219.845,23	8.167.524,07	8.187.667,21	8.182.216,96	8.167.425,63	15.988.461,04	107.832.897,78	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	24.376.659,35	25.725.521,85	26.170.112,73	26.078.339,24	25.972.137,26	26.360.122,00	25.990.913,04	26.478.462,69	26.912.082,30	27.495.883,30	27.490.029,86	55.265.444,62	344.315.708,24	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			23.131.949.692,05	
(-) Transferência Obrigatória Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)			(4.763.183,00)	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)			23.127.186.509,05	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)			344.315.708,24	1,49%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			462.543.730,18	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)			439.416.543,67	1,90%
LIMITE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)			416.289.357,16	1,80%

Fonte: e-FISCO/PE

Coordenadoria Ministerial de Finanças e Contabilidade - Departamento Ministerial de Contabilidade e Custos
Recife, 23/janeiro/2019

Nota:

Nota 1 - Conforme entendimento do TCE/PE, por meio do acórdão 0355/18, os valores pagos pela Administração a título de conversão de Férias e Licenças-prêmio em pecúnia, de Abono de permanência em serviço e do Terço constitucional de férias, que possuem natureza indenizatória, não foram considerados na apuração da despesa bruta com pessoal de que trata o artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os efeitos da referida exclusão na despesa de pessoal, considerando-se os últimos 12 meses estão descritos no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA VERBA	R\$
licença-prêmio em pecúnia	3.816.055,12
férias	35.547,30
abono de permanência em serviço	5.074.390,06
terço constitucional de férias	10.223.349,95
TOTAL	19.149.332,43

Nota 2 - Em conformidade com o Acórdão TCE nº1352/13, na linha "Outros Benefícios Previdenciários", que compõe a Despesa Bruta com Pessoal (no item Pessoal Inativo e Pensionistas), foi incluído o valor de R\$ 884.940,58, referente a Dotação Orçamentária Específica – DOE, prevista na Lei Complementar Estadual nº 28/00. Por incluir esse valor na supracitada linha, o mesmo foi deduzido duas vezes na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", que compõe as Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF), sendo a referida dedução limitada ao total das despesas que constam na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas".

Nota 3 - Foi deduzido da Despesa Bruta com Pessoal Ativo, o montante de R\$ 492.678,37, referente as receitas de ressarcimento de pessoal à disposição.

Isaías Gomes da Silva Junior
Gerente Ministerial de Contabilidade e Custos
CRC PE - 18.386

Artur Oscar Gomes de Melo
Coordenador Ministerial de Finanças e Contabilidade

Rodrigo Gayger Amaro
Controlador Ministerial Interno

Alexandre Augusto Bezerra
Secretária Geral do Ministério Público

Francisco Dirceu Barros
Procurador Geral de Justiça